



*Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Economia Rural*

***TEXTOS EM DISCUSSÃO
DE EXTENSÃO RURAL***

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, AGRICULTURA FAMILIAR
E ESTRATÉGIAS DE (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DE ESPERA FELIZ-MG**

Márcio Gomes da Silva
Marcelo Miná Dias

TD - 01/2009

Viçosa, Minas Gerais
Brazil

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE ESPERA FELIZ-MG ¹

Márcio Gomes da Silva ²

Marcelo Miná Dias ³

RESUMO: Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no município de Espera Feliz-MG ao longo de 2007. Seu objetivo foi elaborar uma análise sobre os fundamentos, as dinâmicas e condicionantes históricos que envolvem a participação social dos agricultores, e ainda, sua constituição como atores políticos no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), do município de Espera Feliz, Minas Gerais. Trata-se de uma primeira abordagem aproximativa que terá seqüência em uma pesquisa a ser desenvolvida no Curso de Mestrado em Extensão Rural. A pesquisa utilizou como instrumentos a realização de entrevistas, a análise de documentos e a participação e observação de atividades do STR. Os resultados obtidos permitem apontar as características do atual processo de envolvimento dos agricultores familiares de Espera Feliz com o STR. Também foi possível compreender que as relações de envolvimento contribuem para a ação do sindicato a favor do desenvolvimento local, orientado por princípios da agroecologia e da economia solidária. Por meio das ações identificadas ao longo do estudo, pode-se inferir que a forma de desenvolvimento promovida pelo sindicato fundamenta-se em uma concepção de sustentabilidade por preconizar uma matriz tecnológica na qual o conhecimento, a cultura e os recursos locais são valorizados em detrimento a racionalidade econômica estrita e reducionista. Assim, as formas de promoção do desenvolvimento local no município de Espera Feliz, por meio do STR, se configuram a partir de uma construção coletiva de estratégias, o que colabora para a consolidação de bases sociais de cooperação nas quais se apóiam e interagem diversas organizações e atores sociais.

Palavras-chave: Participação, Envolvimento Local; Sindicalismo Rural.

1 Introdução

O estilo de desenvolvimento rural predominante no Brasil principalmente a partir dos anos 1960 foi fortemente influenciado pelo modo de produção agrícola mundialmente designado de “revolução verde”, fundado na orientação mercantil da produção agrícola por meio da instituição de sistemas intensivos e especializados de cultivo e criação (GOMES *et al.*, 2001). Combinado com a integração mercantil com indústrias de insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, medicamentos etc.) e de maquinário, este modelo produtivo direcionou um tipo de intervenção seletiva do Estado e promoveu intensas modificações nos agroecossistemas e nas formas sociais de organização da

¹ Este texto é um dos produtos de uma pesquisa que contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Universidade Federal de Viçosa por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPEMIG). Também somos gratos ao Centro de Tecnologias Alternativas Zona da Mata (CTA-ZM), ao Departamento de Economia Rural (DER/UFV) e à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV) pelo apoio logístico para a realização das atividades de pesquisa.

² Gestor de Cooperativas, mestrando em Extensão Rural na UFV e Bolsista do CNPq.

³ Professor Adjunto do DER/UFV, Doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pelo CPDA/UFRRJ.

produção, fazendo com que os agricultores que não se adequassem aos seus requisitos tivessem que se contentar com a produção para subsistência ou se subordinassem aos grandes proprietários que detinham capitais e meios de produção necessários ao custeio das inovações. Em situações extremas, aos agricultores menos capitalizados restou abandonar a terra e migrar para centros urbanos buscando sobrevivência.

Em Minas Gerais, por exemplo, com a saída do campo de grandes contingentes de agricultores sem condições de competirem e se reproduzirem socialmente na nova ordem econômica instalada, a população rural passou de 71% da população total em 1950 para apenas 18% em 2000 (IBGE, 2000), seguindo uma tendência nacional. A nova ordem estabelecida era marcadamente urbana e industrial, buscando a integração nacional ao padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, instituindo cenários amplamente desfavoráveis à diversidade de modos socioeconômicos de produção agrícola que se organizavam a partir do trabalho das famílias e de uma economia pouco ou precariamente vinculada à racionalidade econômica dos mercados capitalistas.

Diante deste cenário econômico, agravado pela instituição do regime político ditatorial militar em 1964, os agricultores empreenderam ao longo das décadas de 1970 e 80 várias ações coletivas que buscaram instituir alternativas que superassem as dificuldades enfrentadas. É nesse período, à margem dos espaços políticos públicos, sob impedimento militar, que se constituem proposições e experiências de organização produtiva, política e socioeconômica dos agricultores de base familiar. Os sindicatos de trabalhadores rurais (STR) são protagonistas desta história. Parte dos STR, a partir do final dos anos 1970, assume posturas críticas e propositivas em relação às tentativas de integração e cooptação governamentais às políticas assistencialistas, compondo um campo bastante complexo de construção de identidades políticas que busca expressar publicamente a voz de agricultores que até então eram denominados genericamente de “trabalhadores rurais” (MEDEIROS, 1989). E mais, começam a afirmar a necessidade de outras concepções e práticas de desenvolvimento; outro estilo de desenvolvimento mais próximo do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que viviam, com suas famílias, da agricultura, sugerindo que o rural significava muito mais do que somente lugar da produção agropecuária.

Neste estudo abordamos esta temática a partir da análise do papel de instituições locais nos processos de promoção do desenvolvimento. Apresentam-se aqui resultados de uma pesquisa realizada no município de Espera Feliz ao longo de 2007. Focamos na

compreensão dos fundamentos, da dinâmica e dos condicionantes da participação dos agricultores – e sua constituição como atores políticos – no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Espera Feliz em Minas Gerais. A análise da literatura nos conduziu a investigar quais eram, localmente, as mudanças nas concepções e práticas de desenvolvimento; a analisar como estas mudanças são percebidas e como elas influenciam as práticas de atores locais envolvidos em organização representativa. No âmbito das políticas públicas, a promoção do desenvolvimento local, qualificado de “participativo”, é tido como importante na busca de alternativas e soluções para os problemas da pobreza e da exclusão social. Partindo destas questões e das sinalizações da literatura e dos discursos públicos, buscamos compreender como a estratégia de desenvolvimento do STR de Espera Feliz-MG contribui para os processos de promoção do desenvolvimento. Para tanto, estudamos os documentos produzidos pelo sindicato, realizamos entrevistas com os atores envolvidos no processo e nos apoiamos na literatura especializada para construir a análise que segue.

2 Sindicatos e desenvolvimento local

No Brasil, o movimento sindical teve influência preponderante da corrente chamada “corporativista”, que expressava uma política de “paz social” e de colaboração entre as classes, com o propósito de garantir a acumulação capitalista. Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, após a criação do ministério do trabalho, foi publicado o primeiro decreto estabelecendo as modalidades de organização dos sindicatos operários, pondo fim ao pluralismo sindical vigente até então. Essa medida caracterizou-se, na prática, pelo controle dos sindicatos por parte do Estado. A representatividade e o poder de negociação, que historicamente eram atribuições dos sindicatos, passaram a serem outorgados pelo Estado. É nesse contexto que se estabelecem os elementos essenciais para a construção do modelo sindical brasileiro.

Com a criação em lei da unicidade sindical estabeleceu-se a dependência do sindicato a algum ramo do aparelho de Estado. Em 1943 foram consolidadas as leis trabalhistas, que trouxeram em seu bojo a denominação dos sindicatos. Com isso, as suas funções foram definidas como:

1. Representação da categoria na celebração de contratos coletivos de trabalho, sendo seu dever promover a conciliação nos dissídios coletivos e perante as autoridades administrativas e judiciárias;
2. Colaboração com o Estado, como órgão técnico e

consultivos, no estudo e solução de problemas atinentes a seus representados; 3. Prestação de assistência a seus associados. (Almeida *apud* Silva 1995:56).

Esse modelo de organização sindical determinado pela consolidação das leis de trabalho não se estendeu aos trabalhadores rurais. Somente no início da década de 1960, após intensa mobilização de trabalhadores rurais assalariados e agricultores de base familiar é que os trabalhadores e agricultores puderam ser reconhecidos como detentores de direitos trabalhistas, previdência social e a alguma proteção do Estado brasileiro (HOUTZAGER, 2004). A regulamentação do sindicalismo rural transformou a diversidade de organizações pré-existentes em sindicatos e, no final de 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), centralizando a diversidade de organizações sindicais.

Um ano depois, em 1964, com o golpe militar, finda – ou encontra enormes dificuldades de realização – o processo de mobilização política dos trabalhadores rurais. A repressão impediu a livre organização das classes populares e um grande número de sindicatos sofreu intervenção estatal. Com essa medida, o “sindicalismo de Estado” se difunde nos espaços rurais. Os sindicatos passam a uma posição de subserviência estatal, assumindo geralmente caráter assistencialista. Um dos instrumentos para este controle foi a criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), que estabelecia condições institucionais para que o sindicato assumisse funções de assistência sanitária e previdenciária. Esta passou a ser a prática predominante – e, às vezes, a única – dos sindicatos (MEDEIROS, 1989).

No final da década de 1970, com o desgaste do regime militar, inicia-se um processo de construção de um sindicalismo rural renovado. A renovação sindical atingiu a Contag, que se sentiu impelida a estimular a mobilização e organização dos trabalhadores, rompendo com o caráter assistencialista imposto pela ação governamental. A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, contribuiu decisivamente para afirmar o caráter reivindicativo do sindicalismo rural brasileiro. De acordo com Boni (2004:291):

Esse novo sindicalismo procurou romper com a postura assistencialista e paternalista dos sindicatos tradicionais ou ‘acomodados’. Enquanto o antigo priorizava audiências com o governo e também alianças feitas apenas pela direção, o novo preferia a mobilização dos agricultores e o engajamento do maior número possível de trabalhadores.

Com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 inicia-se uma fase que tem como características forte caráter reivindicativo, democratização do sindicalismo e ênfase na participação dos agricultores (MEDEIROS, 1989). A década

de 1980 marca o surgimento de outras organizações que passam a disputar com a Contag o monopólio da representação dos trabalhadores rurais e agricultores. Este é o caso já citado da CPT, do Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT, de Federações Estaduais de Agricultores e Empregados Rurais e, notadamente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Também há uma enorme diversificação de temas na pautas de reivindicações do novo movimento sindical. Para além da clássica questão agrária, surgem demandas relacionadas à questão das relações de gênero, papel dos jovens e idosos, combate à pobreza e alternativas à produção agropecuária modernizada. Assim, a partir da década de 1990, o sindicalismo rural inicia um processo de incremento das formulações sobre desenvolvimento rural, tendo como base a agricultura familiar⁴ (Coletti, 2005, p.43).

Neste contexto consolida-se a percepção de que a participação e a organização em instituições coletivas podem também ser iniciativas voltadas para o fomento do desenvolvimento local e comunitário, principalmente em regiões onde as mazelas do capitalismo contemporâneo são mais latentes. Para Favareto (2004:82), o conceito de desenvolvimento local remete à geração e ampliação das oportunidades reais das populações presentes nos processos democráticos, “consubstanciados no estímulo ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas e sociais de um território”.

Existem atualmente pelo menos duas abordagens distintas no que se refere ao desenvolvimento local, uma de cunho predominantemente econômico e outra mais referida a questões sociais. A primeira, mais pragmática, volta sua ênfase à compreensão do fomento às vantagens comparativas, no sentido de obter melhores posições no mercado para o município, distrito ou região, “aprofundando a competitividade interurbana”. Já a segunda, denominada de “vertente social”, não busca exclusivamente a promoção do local como um negócio rentável. A pretensão maior é a satisfação das necessidades sociais, por meio do alargamento da democracia local voltada para a dimensão econômica. Os programas de fomento ao emprego e qualificação de trabalhadores são exemplos dessa natureza (Moura *apud*. Favareto, 2004).

⁴ Segundo Gasson & Herrington (1993), “agricultura familiar” é o tipo de arranjo socioeconômico em que a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família e os membros da família vivem na unidade produtiva.

No processo de desenvolvimento econômico e social em nível local, a geração de riquezas e sua distribuição de forma equânime em uma comunidade são as principais perspectivas econômicas a serem alcançadas de forma sustentada ao longo do tempo. No entanto, estabelecer estratégias para o alcance dessas perspectivas surge como grande desafio político-metodológico, dado que as estratégias articuladas até hoje pelas autoridades públicas não alcançaram, no geral, resultados positivos em relação à distribuição e sustentabilidade.

A construção de ambientes participativos e democráticos na gestão dos projetos de desenvolvimento local parece ser fundamental para o fortalecimento da cooperação. O controle social sobre esses projetos pode ser estabelecido por meio de fóruns com a participação dos empreendedores, sindicatos, representantes de comunidades, prefeituras, dentre outros. De acordo com Sousa Santos (2002:47):

A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil (...) face aos efeitos desiguais e de exclusão do modelo convencional de desenvolvimento, os atores da busca de alternativas devem ser as comunidades marginalizadas, que têm sido os objetos – e não os sujeitos – declarados dos programas de desenvolvimento. Neste sentido, a teoria propõe como atores centrais do desenvolvimento os sujeitos coletivos, isto é, as comunidades organizadas que procuram seguir em frente.

Na visão de Zapata (*Apud*. Oliveira, 2004, p.2), o desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e de base territorial que se orienta por resultados em quatro dimensões interligadas: a ambiental, a econômica, a político-institucional e a social. Para Sousa Santos (2002), a racionalidade reducionista que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes gerou outro tipo de imaginário sobre o desenvolvimento, denominado por ele de “desenvolvimento alternativo”, que traz em seu escopo a idéia de que a economia não é uma esfera independente da vida social:

“(...) cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos – sociais (igualdade), políticos (participação democrática), culturais (diversidade étnica) e naturais (o meio ambiente) –, o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores” (p.46).

Deve-se ressaltar, porém, que as economias de mercado possuem uma dinâmica específica de funcionamento, um *ethos* econômico, o que pode vir a retardar a prosperidade de alguns projetos alternativos ou até mesmo inviabilizá-los. Este caráter da dinâmica econômica socialmente dominante não deve ser compreendido como um impedimento às experiências que se constroem em contraposição a esta hegemonia. Todas as experiências, bem ou mal sucedidas, contribuem para um aprendizado por

parte da população envolvida e de seus mediadores quanto à discussão de alternativas e a tomada de decisões democráticas. Esse aprendizado é imprescindível para que o desenvolvimento não se degenere, com perda de seu caráter democrático e solidário (Singer, 2004).

Estas concepções informam e fundamentam a análise construída a seguir.

3 As fases históricas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz

Para fins analíticos, pode-se dividir em duas a trajetória histórica do Sindicato dos Trabalhadores (STR) de Espera Feliz. A primeira fase é a de “resposta à exploração”, ou seja, o surgimento do sindicato como forma de conter a exploração dos patrões frente aos bóias frias e de resguardar a estes os direitos trabalhistas. A segunda fase é a de “inserção da agricultura familiar nas ações do sindicato”, provocando mudanças na sua atuação, e o surgimento de outras organizações, que em parceria com o sindicato elaboram uma proposta de desenvolvimento para o município.

A primeira fase foi marcada pelos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que se propunham a formar lideranças com uma orientação mais atuante frente aos conflitos que permeavam as relações agrárias no Brasil.⁵ Essas experiências são consequências das resoluções do Concílio Vaticano II, realizado em 1965, no qual a Igreja Católica assumiu uma posição de “opção pelos pobres”. Essa forma de orientação das ações ficou conhecida como Teologia da Libertação, tornando-se responsável pelo engajamento dos agentes eclesiais e se propagando no campo (Favareto, 2006).

Na década de 1980 a atuação do STR de Espera Feliz estava orientada em resguardar os direitos trabalhistas, bem como ao atendimento previdenciário dos trabalhadores. Nesse período, ao longo de dois anos, foram constituídos dez sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata Mineira com o propósito de “promover a libertação dos trabalhadores”. Instaurava-se desta forma, um campo para expressão de outras leituras sobre a realidade vivida pelos trabalhadores rurais.

⁵ De acordo com Martins *apud* Lauffer & Lima (2005), no início dos anos 1960, a igreja se envolve nos movimentos em favor da sindicalização dos trabalhadores rurais e posiciona-se sobre a questão fundiária não somente nos problemas da propriedade, mas também nos do homem que envolve as questões éticas, sociais, políticas e pastorais. O episcopado brasileiro deixa clara sua postura através de publicação de seus documentos, onde defende que a questão agrária não é um fator que impede o desenvolvimento do capitalismo, mas sim o desenvolvimento humano, isto é, não é apenas uma questão econômica, mas sim moral, que marginaliza e empobrece o homem. Assim a Igreja e o Estado entram em confronto em 1968.

De acordo com as lideranças sindicais entrevistadas, o surgimento do STR abalou a estrutura de poder consolidado no município até então. As lideranças do sindicato passaram a sofrer perseguições políticas. Aqueles que aderiam ao sindicato tinham os contratos de arrendamento desfeitos pelos proprietários das terras; os agricultores não sindicalizados, aliados dos proprietários, espalhavam rumores de que o sindicato traria miséria para Espera Feliz.

A segunda fase teve início a partir da mudança de atuação do STR e do surgimento de parcerias estabelecidas com o objetivo de promover a agroecologia e a economia solidária no município. Essa mudança de atuação do STR foi influenciada pelas mudanças conjunturais do fim dos anos 1980. De acordo com Favareto (2006), foi na década de 1990 que o sindicalismo rural abandonou parcialmente antigas bandeiras de luta como reforma agrária, direitos trabalhistas, política agrícola e assumiu, gradativamente, um projeto alternativo de desenvolvimento rural, “ancorados na expansão e fortalecimento da agricultura familiar”. Foi nessa mesma década que, segundo Schneider (2003), o sindicalismo rural promoveu embates acerca do papel dos pequenos agricultores no processo de integração econômica e comercial. Essas mudanças conjunturais refletiram na atuação do STR de Espera Feliz, sendo inseridas em seus trabalhos questões produtivas, de comercialização, do crédito, mais especificamente para atender a demandas apresentadas pela agricultura familiar do município.

Concomitantemente ao processo histórico de modificações na forma de atuação e das diferentes demandas sociais que se configuravam para a agricultura familiar, ocorreu, a nível nacional, o surgimento da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Originada no Rio Grande do Sul após organização de diversos setores ligados à agricultura familiar, tinha por propósito construir e defender, perante o governo federal e suas políticas públicas, uma identidade política para a agricultura familiar, canalizando as ações desenvolvidas por esses setores. (Coletti, 2005).

O STR de Espera Feliz era vinculado a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Entretanto, muitas lideranças disseram ter questionamentos sobre a representação da entidade, “mas era a única opção que existia”. De acordo com as entrevistas, as ações da FETAEMG estavam distantes dos anseios dos trabalhadores rurais. Como forma de estreitar a relação entre as ações desenvolvidas pela instituição e os trabalhadores que representa, o STR promoveu uma mobilização

para disputar a direção da FETAEMG, promovendo articulações políticas com outros sindicatos da Zona da Mata a fim de constituir uma direção que pudesse substituir a direção vigente. O fracasso de tal empreitada levou o sindicato a vincular-se a FETRAF, que emergia, em 2001, como opção de representação; e com uma proposta política mais convergente às ações desenvolvidas pelo STR. De acordo com os dirigentes do sindicato, “a FETRAF possui um poder de negociação muito forte, embora precise melhorar suas estruturas para aproximar mais do trabalhador”.

A mudança de atuação do sindicato não se explica apenas por intermédio das relações estabelecidas a nível macrosocial, ou seja, as modificações em um campo político mais abrangente não foram condições *sine qua non* para a mudança de foco de atuação em Espera Feliz. Por meio das entrevistas percebe-se que existiram outros fatores que contribuíram para que essa mudança se consubstanciasse. De acordo com as entrevistas, os membros da diretoria que não possuíam terra foram demitidos ou tiveram os seus contratos de parceira cancelados. Dessa forma, a diretoria foi constituindo-se, ao longo da história, apenas por proprietários. Assim, as decisões e estratégias eram elaboradas com o foco nos problemas do pequeno produtor, pois quem fazia parte da estrutura de direção eram, em sua maioria, pequenos produtores. Portanto, a relação entre aspectos conjunturais pelos quais atravessava o sindicalismo rural em nível nacional e questões peculiares do sindicato em Espera Feliz contribuíram para a mudança de sua atuação a partir da década de 1990.

4 A Agroecologia e a economia solidária como propostas de desenvolvimento

Nesse novo cenário iniciou-se um processo de elaboração de estratégias que atendessem as demandas da agricultura familiar. Dentre essas demandas, pode-se destacar a organização da produção, a comercialização e o acesso ao crédito. De todas as ações que o STR promove no município, destaca-se a agroecologia e a economia solidária como princípios que orientam a construção de estratégias de promoção do desenvolvimento. Para o pesquisador Miguel Altieri:

A agroecologia é uma ciência, um conjunto de conceitos, princípios e métodos que permitem estudar, manejar e avaliar um ecossistema agrícola, oferecendo diretrizes para uma agricultura sustentável, ambientalmente sadia, socialmente justa e economicamente viável (Altieri, 1999).

A agroecologia entrou em foco como ação do STR a partir da década de 1990, após parceria realizada com o Centro de Tecnologias Alternativas Zona da Mata (CTA-ZM),

organização não governamental que trabalha em parceria com diversos sindicatos na Zona da Mata Mineira na promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável. Entretanto, antes de usar o termo agroecologia e desenvolver, junto aos agricultores, práticas denominadas “agroecológicas”, o STR já promovia ações referentes ao meio ambiente. Por meio da análise das atas de reuniões e das entrevistas, percebe-se que ações referentes ao meio ambiente estavam presentes já no início da década de 1990, com elaboração de boletins informativos trazendo como tema “a morte silenciosa causada por agrotóxicos”. Esse boletim é o primeiro registro da inserção do tema meio ambiente nas ações do STR de Espera Feliz.

A economia solidária emerge, para o STR no município, como uma nova proposta de organização “não capitalista” do trabalho e da produção, em busca de uma sociedade sustentável. Em suas várias iniciativas estão presentes princípios que visam promover os valores humanos por meio de empreendimentos coletivos e comunitários. Tenta-se firmá-la como instrumento de combate à exclusão social com base na participação de todos os atores sociais envolvidos. Essa forma de organização coletiva passou a ser discutida no STR após a participação dos membros nas feiras de economia solidária que aconteciam em Belo Horizonte e nos Fóruns Estaduais, na década de 1990, instituição na qual participavam membros da diretoria do STR. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003 também contribuiu, por meio de políticas públicas de geração de trabalho e renda, para a inserção do tema nas ações do STR.

Todas essas ações somaram-se ao trabalho até então desenvolvido pelo sindicato, tais como atendimento ao trabalhador em questões referentes à previdência, aposentadoria, acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A inserção de novas práticas ficava restrita pela sua estrutura de funcionamento, as demandas de trabalho eram incoerentes com o número de pessoas para executá-las.

Esse processo levou à constituição de várias organizações no âmbito do STR, tais como a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASSIMAF), responsável pela organização política dos agricultores familiares, mobilização e captação de recursos na busca pela dinamização dos processos produtivos da agricultura familiar. A ASSIMAF exerceu a função de comercialização até a mudança instituída pelo Código Civil de 2002, que determinou que as associações passassem de “sociedades sem fins lucrativos” para “sociedades sem fins econômicos”. Essa mudança no Código Civil impossibilitou as associações de exercerem atividades de comercialização. Para continuar os trabalhos

de organização da produção e comercialização iniciou-se em 2004 um processo de mobilização, orientado pelo sindicato, para a constituição de uma cooperativa de produção da agricultura familiar, para desenvolver atividades voltadas à geração de renda através da comercialização da diversidade produzida pelos agricultores familiares. Foi constituída, em 2005, a COOFELIZ (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz).

Concomitantemente à constituição da COOFELIZ iniciava-se a discussão com outros sindicatos de trabalhadores rurais da zona da mata sobre cooperativismo de crédito. Essa discussão foi inserida no município por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS foi criada em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares (UNITRABALHO) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Dentre os diversos programas que a entidade possuía, o programa de crédito solidário procurava recuperar o papel do crédito como um instrumento potencializador do desenvolvimento local (BITTENCOURT, 2001).

Após mobilização realizada entre os atores locais, constituiu-se o Sistema de Cooperativismo de Crédito Solidário (ECOSOL), com duas cooperativas localizadas nos municípios de Tombos e Araponga, além de vários postos de atendimento cooperativos localizados em outros municípios da zona da mata mineira, sendo um deles em Espera Feliz. Neste processo consolidavam-se as bases para o estabelecimento de uma estrutura para promover ações de desenvolvimento local.

5 A participação política e o Envolvimento Local (ELO)

Desde 1988 o STR promove um espaço de formação denominado “escolinha sindical”. Em seu formato inicial, a escolinha, propunha tratar de temas relacionados ao funcionamento de um sindicato bem como a discussão sobre o sindicalismo rural no Brasil. Com o surgimento de diversas demandas relacionadas à agricultura familiar, a escolinha sindical passou a tratar de outros temas como agroecologia, cooperativismo, economia solidária, juventude rural, dentre outros relacionados às novas ações desenvolvidas pelo STR. As oficinas oferecidas pela escolinha são ministradas por membros do sindicato e das organizações parceiras, como o CTA-ZM, que contribui com uma discussão mais sistemática da agroecologia; a Pastoral da Juventude Rural (PJR),

que contribui com a discussão sobre o papel do jovem no meio rural; e os dirigentes da COOFELIZ e da ECOSOL, que trazem para oficinas a discussão sobre economia solidária. Como consequência desse trabalho, segundo os entrevistados, grande parte dos jovens que participaram da escolinha sindical passaram a ocupar cargos de direção em algumas das organizações que surgiram no âmbito do STR ou na diretoria do próprio sindicato.

A participação da mulher também é discutida pelas lideranças. Atualmente as funções de presidente, secretária, tesoureira e atendente são exercidas por mulheres. Essas mulheres são componentes de uma Associação de Mulheres, exercendo trabalhos de artesanato como forma de complementar a renda familiar.

Além da escolinha sindical existem outros mecanismos de participação no sindicato. Para maior aproximação da base, o sindicato possui dois conselheiros em cada uma das 28 comunidades existentes no município. Essa estratégia permite que os sócios discutam nas comunidades as reais demandas dos agricultores familiares de forma mais próxima da diretoria. Dessa maneira, as decisões são tomadas levando em consideração as opiniões e os anseios dos agricultores. É por meio dos conselheiros que são feitas as mobilizações para os encontros de formação promovidos pelo sindicato e pelas entidades parceiras.

A participação no sindicato também possibilita acesso a discussões mais amplas sobre agroecologia, como participação em Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA). O STR também participa das Feiras Nacionais e Estaduais de Economia Solidária, além de ter representantes no Fórum Regional. As discussões nacionais sobre sindicalismo rural e agricultura familiar chegam ao sindicato por intermédio da participação nos encontros da FETRAF, bem como a discussão sobre cooperativismo é acompanhada por meio da participação em eventos nacionais, como o encontro do sistema Cresol, no Rio Grande do Sul. Portanto, os temas relacionados aos trabalhos do STR são debatidos em nível local com os sócios e entidades parceiras e em nível nacional através da participação em eventos, que também constituem importante espaço de debate e troca de conhecimentos e experiências.

Percebe-se que ao longo da história do sindicalismo rural em Espera Feliz muitas instâncias organizativas foram criadas no âmbito do STR, de forma a manter uma proposta de desenvolvimento para a qual a racionalidade econômica reducionista não é a premissa maior. Por meio das análises identificou-se que em 2004 foi criado um plano

de ação denominado Envolvimento Local (ELO). Esse plano funciona sob a forma de um colegiado no qual todas as organizações parceiras do STR, tais como ASIMAF, COOFELIZ, ECOSOL, PJR, Associação de Mulheres e CTA-ZM, elaboram estratégias de ação de forma conjunta com vistas a promover o desenvolvimento local. Em 2007 foram definidas as prioridades⁶ para o ELO: promover a agroecologia, pensar a comercialização e organização da produção para melhoria da renda das famílias e garantir acesso à terra por meio de programas de políticas públicas.

Estas prioridades foram definidas pelo conjunto de organizações que participam do colegiado do Envolvimento Local. A agroecologia, a comercialização e a organização da produção aparecem como prioridades. Conforme já descrito, as ações do sindicato, isoladas, não conseguem atender as demandas colocadas pelos agricultores familiares. Esses dados nos fornecem subsídios para inferir que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz atua buscando estabelecer relações sinérgicas com outras organizações que são parceiras na promoção do desenvolvimento local.

Essas organizações estabelecem relações diversas com o STR. Algumas delas, como a ASIMAF, COOFELIZ e ECOSOL, por exemplo, estão mais próximas dos trabalhos do sindicato. Essa proximidade pode ser explicada pelo processo de criação dessas organizações, pois todas foram gestadas no âmbito do sindicato como forma de atender as demandas de estabelecimento de canais de comercialização para os produtos agroecológicos e fornecimento de crédito para os agricultores.

A Associação dos Terapeutas (TERAVIDA), que surgiu após o início do plano de ação, também é vista pelos agricultores como relevante para o trabalho do STR. A associação trabalha com atendimento homeopático em pessoas e animais, além de acompanhar os trabalhos de agroecologia nas propriedades. Esse acompanhamento torna-se importante na medida em que o atendimento da propriedade é sempre seguido de uma mobilização política em torno de uma ação que o STR desenvolve.

Ao analisar as prioridades do plano de ação, constata-se que as questões econômicas são pensadas como parte integrante e dependente da sociedade e que os resultados econômicos devem ser subordinados a proteção dos valores e culturas locais. Essa interação pode ser definida como um importante passo para se alcançar um patamar de

⁶ Reunião de revisão das prioridades, realizada em julho de 2007 no Centro de Formação do STR em Espera Feliz.

desenvolvimento local. Para sintetizar o conceito de desenvolvimento local, Favareto citando Boisier (1999), afirma que:

“(...) o desenvolvimento local busca viabilizar o processo de construção de uma capacidade social (em uma localidade ou território) direcionada para promover ações conjuntas e participativas, convergente a fins coletivos e democraticamente aceitos, voltados para obter um resultado final que apresenta proporções mais amplas do que a situação anteriormente dada” (2004, p.86).

O ELO traz um aspecto peculiar para as ações de promoção do desenvolvimento por envolver vários atores sociais na elaboração de estratégias, dando um caráter participativo a construção e execução das ações.

No Brasil é relativamente recente a incorporação da dimensão participativa como requisito à definição dos objetivos, rumos, métodos e metas de políticas públicas, programas e projetos (Bandeira, 2000). Foi a partir do final dos anos 1980 que algumas organizações não governamentais (ONGs), junto com as organizações de movimentos sociais introduziram inovações nos modos convencionais de conceber a promoção do desenvolvimento rural. E o fizeram a partir do enfrentamento de condições adversas vivenciadas por grupos sociais que reagiam, organizando-se localmente, tanto às imposições do poder estatal centralizado quanto, em outros casos, à própria ausência do Estado no atendimento de suas necessidades básicas e demandas.

Neste ambiente, do encontro entre estes novos mediadores (ONGs e organizações de movimentos sociais) e as populações rurais historicamente não beneficiadas pela ação do Estado articularam-se outros modos de promoção do desenvolvimento, para os quais a participação de todos os envolvidos era fundamental em todas as etapas dos processos de intervenção (Dias, 2004). Em Espera Feliz o sindicato foi um desses mediadores, capitaneando o acesso a políticas públicas como Pronaf, Crédito fundiário, Compra Direta da CONAB (Companhia Nacional do Abastecimento), habitação rural, além de políticas de atendimento ao trabalhador rural no que se refere à aposentadoria e previdência social.

Apesar de o ELO não envolver instituições do Estado em seu colegiado, durante a execução de suas ações essa relação acontece, ou seja, não se trata de negar o papel do Estado; este só não participa da elaboração das ações. No entanto, durante a execução são estabelecidas relações sinérgicas na medida em que essa implementação foge do escopo das organizações que compõem o plano de ação. Essa forma de promover o desenvolvimento local procura resguardar a autonomia das organizações e dos

trabalhadores que representam, tendo como foco maior a agroecologia e a economia solidária. Isso significa que mesmo que o Estado, por intermédio do poder público local e de políticas públicas de desenvolvimento, não promova políticas que sejam compatíveis com as perspectivas políticas do ELO, as ações locais das organizações, que compõem o plano de ação, estarão preservadas pelos princípios de promoção do desenvolvimento, no qual, segundo os dirigentes, “o objetivo maior é a melhoria da qualidade de vida do trabalhador”.

6 Considerações Finais

O envolvimento dos trabalhadores com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz pode ser caracterizado com uma ação de construção cotidiana de relações sinérgica com um conjunto de organizações com as quais estabelece parcerias. A análise nos permite afirmar que este processo em curso tem possibilitado avanços consideráveis no que se refere à promoção do desenvolvimento local. Foi possível identificar que os princípios ou orientações da agroecologia e da economia solidária compõem o repertório de referências que colaboram à elaboração de um discurso mobilizador, oferecendo orientação para as ações planejadas.

Outro elemento fundamentou no contexto analisado é a noção e a concretização de uma idéia de participação que a vincula à democratização e ao compartilhamento do poder decisório sobre as propostas colocadas em cena. A participação política é compreendida como um processo que envolve ações educativas e que fundamenta a idéia de envolvimento, significando a co-responsabilização dos participantes nas ações executadas. Esta referência conceitual é praticada na elaboração do Plano de Envolvimento Local (ELO), um instrumento de planejamento participativo.

Esse envolvimento provocou o surgimento de várias organizações, na medida em que o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (da CONAB) passaram a priorizar políticas de desenvolvimento rural voltadas à agricultura familiar. Organizações essas que, como parceiras do sindicato, atuam em conjunto na elaboração de estratégias de promoção da agroecologia e da economia solidária, aproveitando as oportunidades abertas pela ação governamental por meio das políticas públicas.

Evidenciamos também que o sindicato busca construir autonomia frente ao Estado na mobilização dos trabalhadores pela melhoria da qualidade de vida. Essa autonomia, no entanto, não significa negar as políticas promovidas pelo Estado, mas adequá-las ou apropriá-las à realidade local de forma a promover resultados que sejam mais próximos às necessidades reais dos trabalhadores. Dessa forma, a relação com o poder público acontece quando as políticas possuem convergências com as propostas das organizações locais, sempre orientadas pela mobilização do sindicato.

O sindicato de trabalhadores rurais, na sua enorme diversidade, contribuiu, ao longo de sua trajetória histórica, para mobilização de grupos sociais, organização da ação coletiva destes grupos, fortalecendo identidades políticas socialmente construídas e capacitando seus filiados, por meio de processos formativos, a negociarem publicamente suas demandas e interesses com o Estado e a sociedade como um todo. O envolvimento dos trabalhadores tornou-se importante instrumento na articulação dos atores locais, criando um ambiente favorável à promoção de iniciativas em prol do desenvolvimento.

Por meio das ações identificadas ao longo da pesquisa, pode-se inferir que o desenvolvimento promovido pelo sindicato fundamenta-se em uma concepção de sustentabilidade por preconizar uma matriz tecnológica na qual os conhecimentos, a cultura e os recursos locais são valorizados em detrimento a racionalidade instrumental e econômica mobilizadas para ocultar conflitos e viabilizar interesses dominantes. As atividades econômicas são exercidas como forma de geração de renda para o agricultor, entretanto, não é a exclusiva busca competitiva pelo lucro que orienta suas ações.

As formas de elaboração do desenvolvimento local no município de Espera Feliz são delineadas por meio de um processo de uma construção coletiva de estratégias e da sua execução compartilhada pelas organizações parceiras do sindicato. Esse desenvolvimento se torna importante na medida em que vai consolidando bases sociais de cooperação nas quais se apóiam diversas organizações e atores sociais. Essas bases podem gerar identidades sociais capazes de promover o desenvolvimento em uma escala territorial, ultrapassando as realidades locais e envolvendo cada vez mais agricultores na busca pela melhoria da qualidade de vida e de produção.

7 Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. 325p.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. In: Becker, D. F., Bandeira, P. S. (Orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Vol. 1. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. 228p. Pp. 23-127.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento**. 2º ed. Brasília: NEAD, 2001.
- BONI, V. Poder e Igualdade: As relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.289-302, jan./abr., 2004.
- COLETTI, T. **Organização da produção na agricultura familiar: análise das proposições do sindicalismo rural cutista no Sul do Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2005. 92p. Monografia. (Bacharel em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004. 199 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FAVARETO, A. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v 21, n 62, p.28-44, out. 2006.
- FAVARETO, A. **Economia solidária: o que estamos fazendo?** In: Curso de Formação de Formadores. São Paulo: ADS, 2004. 78p.
- GASSON, R.; HERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab Internacional, 1993. 276p.
- GOMES, M. A. O.; SOUZA, A. V. A.; CARVALHO, R. S. Diagnóstico rápido participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 306p. Pp. 63-78.
- HOUTZAGER, P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. Tradução Gabriela Schneider. São Paulo: Globo, 2004. 297p.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br.
- MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- OLIVEIRA, A. W. S. **Desenvolvimento rural sustentável: o manejo integrado da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santana**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2004 (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254p.
- SILVA, L. H. **Sindicato de Estado, Representação e Assistencialismo: A trajetória histórica de um sindicato de trabalhadores rurais**. Viçosa, MG: UFV, 1995 (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Viçosa, 1995.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento às comunidades pobres. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n.59, ago./set. 2004.
- SOUSA SANTOS, B., RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. Tradução de Vítor Ferreira. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da**

produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515p. Pp. 23-77.
(Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2).